

---

Distinguishing between the validity and utility of psychiatric diagnoses,

Kendell, R. & Jablensky, A.

*Am. J. Psychiatry* 160: 4-12, January 2003

Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

---

## Trabalho analisa teoricamente as diferenças entre *validade e utilidade prática* dos diagnósticos psiquiátricos

Este artigo, recentemente publicado no *American Journal of Psychiatry*, traz à pauta o debate de um dos conceitos decisivos – e atualmente mais problemáticos – na construção das categorias diagnósticas na psiquiatria contemporânea: a *validade* dessas categorias.

O grande valor buscado pelas classificações psiquiátricas atuais é o da *confiabilidade* dos diagnósticos, ou seja, o estabelecimento de critérios explícitos, claros e objetivos visa garantir o máximo de coincidência na determinação de um diagnóstico por diferentes clínicos (ou pesquisadores), diante das mesmas situações clínicas. Busca-se a garantia da uniformidade dos critérios diagnósticos, de modo que um determinado rótulo nosográfico corresponda a referentes clínicos constantes. Tal correspondência seria a garantia mínima para as pesquisas de natureza epidemiológica e experimentais, bem como de sua possível extrapolação para o campo clínico e para a delimitação de políticas de saúde.

Em geral, devido ao fracasso até o momento em se estabelecer uma base etiológica confiável, ligando regularmente determinadas alterações patológicas da fisiologia cerebral a quadros psicopatológicos específicos, a delimitação das categorias diagnósticas psiquiátricas tem se fundamentado sobre bases estritamente pragmáticas. Dessa forma, independentemente de corresponderem ou não a expressões clínicas de alterações neurobiológicas específicas, as atuais entidades diagnósticas, os chamados “transtornos mentais”, constituem grupos de sintomas cuja delimitação traz vantagens em termos clínicos, psicofarmacológicos, epidemiológicos ou de pesquisa em geral. Nesse contexto, o termo “transtorno mental” não possui uma consistência ontológica de entidade mórbida específica de base biológica, mas antes de uma síndrome delimitada com fins práticos.

---

O termo de “validade” focaliza justamente a questão complementar ao problema da “confiabilidade”: para além da constância entre rótulo diagnóstico e referente clínico, busca-se a consistência interna da entidade patológica delimitada. Ou seja, a questão da “validade” coloca em pauta a propriedade interna do diagnóstico referir-se a uma condição mórbida específica e claramente delimitada.

Este tem sido o “calcanhar de Aquiles” das classificações psiquiátricas ditas “operacionais”, sobretudo quando a psiquiatria contemporânea sustenta suas aspirações de inscrever de direito seu objeto no campo médico tradicional. Tendo fracassado até aqui em determinar de maneira clara e inequívoca uma etiologia estritamente biológica para os transtornos mentais, segundo os modelos médicos mais tradicionais e universalmente reconhecidos, a psiquiatria contemporânea encontra-se diante do desafio de conferir “validade” a suas categorias “confiáveis”. As esperanças do estabelecimento dessas bases biológicas inquestionáveis, que permitiriam que as classificações fossem feitas segundo uma ordenação etiológica, permanece no horizonte da expectativa e da promessa.

Os autores do artigo destacam o risco da passagem direta, por contigüidade, de uma concepção pragmática do transtorno mental para uma concepção propriamente nosológica desse termo. Esse é um passo decisivo, mas faltante e que se coloca como desafio para pesquisadores e clínicos, sem qualquer garantia *a priori* de que poderá ser dado segundo os modelos intelectivos atuais de se conceber a psicopatologia.

No que concerne a pesquisa genética em psiquiatria, por exemplo, tal situação corre o risco da circularidade. Atualmente, parece bastante claro que as categorias diagnósticas operacionais delimitadas pelas classificações contemporâneas não constituem “fenótipos” confiáveis – expressões clínicas de tipos genéticos específicos – que poderiam fundamentar as pesquisas de genética psiquiátrica. Os autores chegam a citar um pesquisador, Ginsburg, que, frustrado pelo fracasso de duas décadas de investigação científica laboriosa para identificar algum dos genes subjacentes às síndromes psiquiátricas maiores, declarou em um artigo que “... current nosology, now embedded in DSM-IV... does not define phenotypes for genetic study.” Por outro lado, a psiquiatria espera da genética o estabelecimento das bases genéticas dos transtornos mentais, de modo a fundamentar os diagnósticos psiquiátricos a partir da validação provinda dessa outra disciplina.

O artigo comenta o fato de que, desde o século XIX, o debate psiquiátrico sobre a consistência interna dos transtornos mentais esteve focalizado em uma concepção de “realismo da doença”, seja em suas versões biológica ou psicológica. A primeira versão teve em Kraepelin um de seus representantes mais expressivos e representa a via mais desenvolvida do modelo médico na psiquiatria contemporânea. Desse ponto de vista, os sinais clínicos e sintomas não

constituem por si mesmos uma doença mental e, até que os mecanismos causais sejam claramente identificados, não se pode dizer que se tenha realmente descoberto e descrito a doença.

O texto ressalta, pois, a diferença entre “validade” e “utilidade” de uma categoria diagnóstica. Enquanto a primeira supõe uma rigorosa descrição clínica e familiar do transtorno, bem como rigorosos estudos laboratoriais, neurobiológicos, genéticos e psicológicos demonstrando a especificidade e as diferenças em relação a outras alterações físicas e mentais para poder definir uma entidade clínica nos termos médicos de “doença”, a segunda contenta-se em ser útil do ponto de vista prático, justificando assim seu emprego.

Ambas categorias se inter-relacionam e constituem um problema técnico, tanto quanto filosófico, indicando assim uma fecunda e incontornável linha de pesquisa em psicopatologia.

Em uma perspectiva científica, mas também política e filosófica, o desvio do registro da utilidade para o da validade de uma categoria diagnóstica, sem a especificação do conteúdo que a sustentaria, constitui apenas um abuso ideológico dos termos.

É nesse sentido que os autores citam longamente Jaspers, com quem encerramos esta resenha: “... the idea of the disease-entity is in truth an idea in Kant’s sense of the word: the concept of an objective which one cannot reach... but all the same it indicates the path for fruitful research and supplies a *valid* point of orientation for particular empirical investigations”. E o autor da Psicopatologia Geral conclui afirmando que, embora “the idea of disease-entities has become a fruitful orientation for the investigations of special psychiatry... no actual disease-entities exist”.